...continuação

AB CONCESSÕES S.A. (Anteriormente denominada Infra Bertin Participações S.A.) CNPJ/MF nº 15.019.317/0001-47

	Consolidado 31/12/2015	31/12/2014
Dívida - debêntures	2.092.530	1.995.821
Caixa e equivalentes de caixa	(235.705)	(329.455)
Dívida líquida	1.856.825	1.666.366
Patrimônio líquido	2.763.582	2.635.655
Índice de endividamento líquido	0,67	0,63

O índice de endividamento líquido consolidado em 31 de dezembro de 2015 é de 0,67 (0,63 em 2014), como resultado da emissão de debêntures públicas (nota explicativa nº 8) por suas controladas Colinas e Triângulo do Sol, cujos recursos foram destinados para amortização de dívidas de curto e longo prazos, bem como para a aquisição de debêntures simples emitidas pela Atlanta Bertin Concessões S.A. (nota explicativa nº 11) e de debêntures privadas por sua controlada Nascentes das Gerais, como resultado da 3ª emissão de debêntures cujos recursos foram destinados ao cumprimento do cronograma de investimentos. As debêntures da controlada Nascentes das Gerais são um empréstimo ponte e foram emitidas tendo em vista o financiamento de longo prazo junto a outros agentes financeiros. Valor justo dos instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros ao custo amortizado: Os instrumentos financeiros mantidos pelo Grupo são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue: 1. O caixa, os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas estão substancialmente indexados ao CDI. 2. As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias. 3. As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas a um de seus controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 11 e incorporam os juros a receber até a data do balanço. 4. As debêntures descritas na nota explicativa nº 8 possuem taxas de juros pós-fixadas. 5. Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 12 e está atualizado monetariamente e ajustado a valor presente até a data do balanço. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. Caso a Administração adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos, financiamentos e debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora 31/12/2015 Valor contábil	Valor justo	31/12/2014 Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	1.667.091	1.635.314	-	-

	Consolidado 31/12/2015 Valor contábil	Valor justo	31/12/2014 Valor contábil	Valor justo
Debêntures (**)	588.37	596.676	353.673	356.589

(*) Valores de debêntures com as controladas Colinas e Triângulo. (**) Valores brutos dos custos de transação da controlada Nascentes das Gerais. Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juro e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Administração conforme suas características:

	Controladora 31/12/2015 Empréstimos e recebíveis	31/12/2014 Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	358	1
Partes relacionadas - debêntures e contas a receber	1.728.602	-
Outros ativos	977	-

	Controladora 31/12/2015 Empréstimos e recebíveis	31/12/2014 Empréstimos e recebíveis
Passivos		
Fornecedores e fornecedores - partes relacionadas	7.172	-
Debêntures - partes relacionadas	1.667.091	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	344.137

	Consolidado 31/12/2015 Empréstimos e recebíveis	31/12/2014 Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	235.705	329.455
Partes relacionadas - debêntures e contas a receber	1.728.193	1.474.327
Contas a receber e contas a receber - poder concedente	120.274	99.875
Outros ativos	4.381	3.473

	Passivos financeiros ao custo amortizado 31/12/2015	31/12/2014
Passivos		
Fornecedores e fornecedores-partes relacionadas	88.936	60.782
Debêntures	2.092.530	1.995.821
Credor pela concessão	93.667	111.761
Outras contas a pagar	25.465	14.537

Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo: As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo de proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 e foram firmados com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente "swaps" de taxa de juros. A Sociedade e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação: • Nível 1: são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2015, as controladas Triângulo do Sol e Colinas mantinham os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois consideram outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos. A controlada Colinas contratou "swaps" para troca de taxa pré-fixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação CDI mais 0,279 a 0,677% a.a. A controlada Triângulo do Sol contratou "swaps" para troca de taxa pré-fixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação CDI mais 0,725 % a.a. Essas operações, assim como a dívida (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. O método de avaliação utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos as taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, atualizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para "swaps", divulgadas, também, pela BM&FBovespa. Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o exercício, o "hedge" foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R$22.170 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("fair value") 31.12.2015	Valor justo ("fair value") 31.12.2014	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contrato ponta ativa (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA+5,00%	40.000	39.648	40.008	(360)
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA+5,70%	100.000	116.396	111.112	5.284
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA+5,40%	50.000	47.520	50.897	(3.377)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA+5,00%	54.778	54.296	54.789	(493)
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA+5,70%	157.265	183.050	174.740	8.310
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA+5,40%	260.000	247.103	264.665	(17.562)
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/10/2020	IPCA+5,00%	30.000	29.736	30.006	(270)
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA+5,40%	64.741	61.530	65.903	(4.373)
Total				756.784	779.279	792.120	(12.841)
Contrato ponta passiva (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI+0,69%	40.000	35.588	38.762	(3.174)
	12/06/2013	17/04/2023	CDI+0,25%	100.000	113.088	111.774	1.314
	12/06/2013	15/04/2020	CDI+0,740%	50.000	42.389	49.095	(6.706)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI+0,294%	54.778	48.794	53.157	(4.363)
	12/06/2013	17/04/2023	CDI+0,669%	157.265	177.450	175.320	2.130
	12/06/2013	15/04/2020	CDI+0,716%	260.000	220.296	255.123	(34.827)
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/10/2020	CDI+0,29%	30.000	26.720	29.109	(2.389)
	12/06/2013	15/04/2020	CDI+0,747%	64.741	54.895	63.584	(8.688)
Total				756.784	719.220	775.924	(56.703)
Instrumentos financeiros, líquidos a realizar							60.060
Instrumentos financeiros, líquidos							43.862
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							22.170
Pagamento de instrumento financeiro							(37.077)
Efeito no resultado do exercício - receita financeira							28.955

A Sociedade e suas controladas não possuem contratos de derivativos embutidos. Riscos de mercado: a) Exposição a riscos cambiais e de taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. A Sociedade está exposta a riscos normais de taxas de juros de mercado. b) Risco de crédito: Esse risco advém da possibilidade da Sociedade e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, geridos por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As controladas apresentam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. conforme descrito na nota explicativa nº 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SETOP referentes à contraprestação pecuniária, prestadas no contrato de concessão, cujo recebimento depende da negociação com a SETOP conforme mencionado na nota explicativa nº 4. c) Risco de liquidez: o risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Sociedade e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período:

Modalidade	Valor contábil	Juros Estimados (*)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 6 anos	Total
Ativos circulantes e não circulantes								
Contas a receber	120.274	-	66.188	-	54.086	-	-	120.274
Debêntures partes relacionadas	1.660.799	9.027.371	-	-	-	-	10.688.170	10.688.170
Contas a receber partes relacionadas	67.394	726.273	-	-	-	-	793.667	793.667
Instrumentos financeiros líquidos	113.792	182.065	-	-	4.565	84.883	206.409	295.857
Outras contas a receber	4.381	-	-	4.381	-	-	-	4.381
Total	1.966.640	9.935.709	66.188	4.381	58.651	84.883	11.688.246	11.902.349
Passivos								
Debêntures - Principal (**)	2.098.372	277.343	-	759.143	226.524	903.808	486.240	2.375.716
Debêntures - Juros	114.009	602.050	-	289.425	133.243	239.587	53.804	716.059
Instrumentos financeiros líquidos	-	71.565	-	33.775	20.858	16.932	-	71.565
Credor pela concessão (***)	100.423	-	8.257	25.863	55.356	10.947	-	100.423
Fornecedores e partes relacionadas	88.696	-	37.685	51.011	-	-	-	88.696
Outras contas a pagar	25.465	-	910	24.555	-	-	-	25.465
Total	2.426.965	950.958	46.852	1.183.772	435.981	1.171.274	540.044	3.377.924

(*) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2015 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (**) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as debêntures das controladas Colinas, Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas e 2ª série da controlada Triângulo do Sol tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura. (***) Valores nominais. **22. Seguros Contratados:** A Sociedade e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os riscos e operações geralmente empregados por empresas do mesmo ramo. **23. Garantias:** A Sociedade figura como garantidora das obrigações decorrentes das apólices de seguro garantia da controlada Nascentes das Gerais. O valor máximo garantido pela apólice é de R$85.839 referente ao seguro garantia de ampliação de concessão e R$30.032 referente ao seguro garantia de conservação da concessão. Adicionalmente, a Sociedade figura como garantidora da 3ª emissão de debêntures emitidas pela controlada. A Sociedade figura, também, como garantidora das obrigações das apólices de seguro garantia da controlada em conjunto Rodovias do Tiete. Os valores máximos garantidos pelas apólices são de R$215.849. As garantias se limitam a 50% dos valores, percentual de participação da Sociedade na controlada. A Sociedade é garantidora junto com a Ascendi International Holding B.V. de uma cédula de crédito bancário com limite de R$50.000 emitida pelo Banco Itaú S.A. com vencimento 29 de junho de 2016. **24. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 28 de março de 2016.

José Renato Ricciardi
Diretor Presidente

Alexandre Tujisoki
Diretor Financeiro

Luiz Carlos Guirao
Contador - CRC 1SP152576/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da AB Concessões S.A. (Anteriormente denominada Infra Bertin Participações S.A.) Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 758 - São Paulo - SP. **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AB Concessões S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejamento de procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AB Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Ênfases:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 as demonstrações financeiras, relativa a transações com partes relacionadas em montante significativo e em condições específicas definidas contratualmente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 16 de novembro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi alterada a denominação social da Sociedade de Infra Bertin Participações S.A. para AB Concessões S.A.

Campinas, 29 de março de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Edgar Jabbour
Contador - CRC nº 1 SP 156465/O-9

Deloitte.

S I N A F R E S P
SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE RENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – SINAFRESP – com fundamento nos artigos 11, 12, 16 e 60, inciso V, do Estatuto, convoca todos os Agentes Fiscais de Rendas Ativos do Sindicato a participar da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2016, às 17:30 horas em primeira chamada e às 18:00 horas em segunda chamada, no auditório da FESSP-ESP – Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo – Rua Silveira Martins, 53, 2º andar – Centro - São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de Contas do SINAFRESP do exercício de 2015.

São Paulo, 13 de abril de 2016 – Alfredo Portinari Maranca - Presidente

---

AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO – PROJETO: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - PDA. INSTITUIÇÃO FINANCIADORA: BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 2295/OC-BR. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015 (BB n. 625798) - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DA BAHIA. Nº Processo: 1420140090118. Abertura: 05/05/2016 às 10h - Objeto: Aquisição de Solução de Videoconferência - Família: 77.30 / 58.35 / 70.15 - sites: www.licitacoes-e.com.br / www.comprasnet.ba.gov.br. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos nos endereços acima mencionados, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h. **Este Aviso completo encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.meioambiente.ba.gov.br. (Projetos e Atividades / PDA-BID / Aquisições, Licitações e Manifestações de Interesse)**. Mais esclarecimentos através do telefone: (71) 3115-6250 e/ou telefax: (71) 3115-6211. Salvador - BA, 13/04/2016 – Ana Raquel Rocha Reis Cruz – Pregoeira Oficial.

Massa Falida do Banco Santos S.A.
Assembléia Geral de Credores
Classe dos Quirografários
Edital de Convocação

O MM. JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO/SP, DR. PAULO FURTADO DE OLIVEIRA FILHO, convoca exclusivamente os credores quirografários do Banco Santos S. A., cuja falência foi decretada em 20 de setembro de 2005, para comparecerem à Assembléia Geral de Credores prevista no artigo 36 da Lei 11.101/2005, a ser realizada às 14:30 horas do dia 2 de maio de 2016, na sede do Clube Homs, situado na Avenida Paulista, 735, São Paulo, SP, para deliberar sobre a forma alternativa de realização do ativo. Na forma do artigo 37, parágrafo 2º, da Lei 11.101/2005, a Assembléia instalar-se-á em primeira convocação, com a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos quirografários, computados pelo valor e, em segunda convocação, com qualquer número. O cadastramento dos credores iniciar-se-á às 12,30 horas. Não registrada a presença de credores suficientes para a instalação da Assembléia em primeira convocação, a segunda convocação será realizada no dia 16 de maio de 2016, às 14:30 horas, também no mesmo local. O credor poderá ser representado na Assembléia-Geral por mandatários ou representante legal, desde que entregue ao administrador judicial, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista da realização da Assembléia, documento hábil que comprove seus poderes ou indicações das folhas dos autos do processo de falência em que pode ser encontrado o documento. Referida documentação será recepcionada até as 18h:30m do dia 01/05/2016, no endereço da administração judicial à Alameda Santos, nº 2.313/15, 8º andar, cjs. 83/84/85, Cerqueira César, CEP 01419-101, São Paulo-Capital, constante do site da Massa Falida (www.bancosantos.com.br). E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, 11 de abril de 2016. Paulo Furtado de Oliveira Filho, Juiz de Direito Titular.

METALFRIO SOLUTIONS S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF Nº 04.821.041/0001-08 - NIRE 35.300.339.436
Edital de Convocação-Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Metalfrio Solutions S.A. para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2016, às 11 horas, na sede social, na Av. Brahaim Gonçalves Braga, nº 412, km 12,5 da Via Anchieta, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I - em Assembleia Geral Ordinária:** (i) deliberar sobre o relatório da administração e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício de 2015; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração e aprovar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2016. **II - em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) deliberar sobre a proposta da administração, para alterações, exclusões, inclusões e renumerações em artigos do Estatuto Social: a) alterar o artigo 20 e parágrafo 6º, inciso VI, do artigo 21, artigo 22, artigo 24 (a ser renumerado para artigo 23) e incisos I e VIII e parágrafo único do artigo 29 (a ser renumerado para artigo 28); b) excluir os artigos 23, 26, 27, 28; e c) incluir incisos IV e IX no artigo 21, e artigo 25; d) renumerar os artigos 25, 30 a 48, na qualidade passarão a ser artigos 24, 27 a 45; (ii) consolidar o Estatuto Social contemplando as alterações propostas. **Instruções Gerais:** Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante de depósito das ações da Companhia, emitido pela instituição financeira depositária, e poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo o instrumento de procuração, atos societários e documentos que comprovem a regularidade da representação ser entregues na sede da Companhia (a/c de Márcia Arecco) até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral. Nos termos do artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 165/91, conforme alterada, acionistas representando pelo menos 5% do capital social votante da Companhia poderão, no prazo de até 48 horas antecedentes à realização da Assembleia Geral, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. Os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral encontram-se à disposição na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (www.metalfrio.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) na internet. São Paulo, 14 de abril de 2016. **Marcelo Faria de Lima** - Presidente do Conselho de Administração. (14, 15 e 16)

POSTO DE SERVIÇO JARDIM DAS ROSAS LTDA. torna público que requereu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação para a atividade de com. varejista de combustível e lubrificante, posto revendedor, situado Av. Manoel Goulart, nº 3575, Jd. das Rosas – Presidente Prudente - SP.

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ: 06.981.180/0001-16

MS/CS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO

Aviso de edital

Pregão Eletrônico MS/CS 530-H09309. Objeto: Alienação de 01 imóvel, localizado no Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte/MG. Abertura da sessão pública dia 29/04/2016, às 10 horas - Envio de proposta através do site www.cemig.com.br até 09:30 horas da data de abertura da sessão. Edital disponível no site www.cemig.com.br.

CLIME TRADING

Clime Trading Comercializadora de Energia Ltda.
COMUNICADO PÚBLICO
Chamada Pública para Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL (Leilão 002/2016)

A **Clime Trading Comercializadora de Energia Ltda.** ("**Clime Trading**"), agente comercializador de energia elétrica, devidamente autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, com sede na Cidade de São Paulo, realiza **Chamada Pública para Compra de Energia Elétrica Convencional** no período de Julho a Dezembro de 2016, para fins da celebração dos respectivos **Contratos de Compra e Venda** entre a **Clime Trading** e os **Proponentes Vencedores.** Os interessados deverão solicitar a documentação e cronograma através do e-mail leilao@climetr.com.br.

SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE REPROGRAFIA E SERVIÇOS AUXILIARES-SINARA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Conforme determina o Estatuto do **SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE REPROGRAFIA E SERVIÇOS AUXILIARES-SINARA,** CNPJ nº 62.262.050/0001-02, convocamos o distinto associado a comparecer à Rua Riachuelo nº 326 - 19º andar - Conj. 191 - Centro, nesta Capital, a fim de participar da **Assembleia Geral Extraordinária,** que se realizará no **dia 28/04/2016, em primeira convocação às 09:00 horas e em segunda convocação às 10:00 horas,** para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Discussão da Convenção Coletiva de Trabalho de 2016/2017 da **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE DIFUSÃO CULTURA E ARTÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO;** Contribuição Confederativa Patronal de 2016; Outorga de Poderes para que a Assembleia permaneça em aberto até o final das negociações da CCT/2016/2017 e Outros Assuntos.

São Paulo, 14 de Abril de 2016
ANTONIO PEREIRA DO LAGO FILHO - Presidente

Poder Judiciário
Estado do Tocantins
Comarca de Palmas - 2ª Vara Cível
Av. Teotônio Segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês de São João da Palma
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias

AUTOS Nº 00182609-02.2015.827.2729 CHAVE: 698163358915ACB: PROCEDIMENTO Ordinário - Valor da Causa R$280.000,00 REQUERENTE: MARILIA PICCOLO E OUTROS ADVOGADO: JONATHAN REGGIORI ALMEIDA OAB/TO5857 E THULYO CESAR SEVERINO BARROS OAB/TO6067 REQUERIDO: ANDREOSSI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA FINALIDADE: Citar, ANDREOSSI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.661.271/0001-98, representada por seu sócio administrador JOSÉ LUIS ANDREOSSI, brasileiro, engenheiro civil, separado, portador de RG nº 306.454 SSP-TO, portador do CPF sob nº 824.676.178-15, para os termos da ação supramencionada, bem como para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar contestação, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial (art. 238 e ss e 344 NCPC). DESPACHO: " ... Citar a parte requerida por edital com prazo de 30 (trinta) dias (art. 231, I e 2, CPC) para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar resposta quanto aos fatos alegados na inicial, sob pena de revelia ... "Evento 36. SEDE DO JUÍZO: Endereço da 2ª Vara Cível: Av. Teotônio Segurado, Quadra 502 Sul, Paço Municipal, 2º andar, Edifício São João da Palma, Palmas-TO, telefone/fax: (Dxx63) 3218-4511).

Luis Otávio de Queiroz Fraz - Juiz de Direito

Construtora Lix da Cunha S.A.
Companhia Aberta - CNPJ Nº 46.014.835/0001-49 - NIRE Nº 35.300.038.215

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária-Edital de Convocação - São convidados os Srs Acionistas da Construtora Lix da Cunha S.A para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 29 de abril de 2016, às 10:00 horas, no Largo das Andorinhas, nº 41, sala 03, Edifício Andorinhas, Centro - Campinas/SP, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** a) leitura, discussão e votação do Relatório da Administração, Demonstração do Resultado e demais contas relativas ao exercício encerrado em 31/12/15; b) fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2016. A Companhia comunica que os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, bem como aqueles relacionados nos artigos 9º e 12º da Instrução CVM nº 481/2009, pertinentes ao exercício social encerrado em 31/12/2015, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia; no site da relacionamento com investidor (http://www.lix.com.br/investidor.aspx#informações financeiras) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), desde 31/03/16, e no dia 01/04/16 quando foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Jornal Folha de São Paulo", e a proposta da administração foi disponibilizada a CVM e no site da empresa em 31/03/16. **Assembleia Geral Extraordinária:** a) Deliberar sobre a proposta de Conselheiro Independente para que os dividendos em atraso (todos os exercícios) sejam corrigidos pelo índice CDI - Certificado de depósito interbancário, retroativamente as datas em que os referidos pagamentos deveriam ter sido pagos. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia munido de documento que comprove sua identidade. Os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na assembleia geral a que se refere o presente edital deverão ser apresentados com firma reconhecida do mandante ou do Tabelião onde tenha sido outorgada a procuração, e, depositados no escritório da Companhia situado em Campinas, no Largo das Andorinhas, 41, Edifício Andorinhas, Centro, Campinas/SP-CEP 13015-102, dirigido à Diretoria de Relações com antecedência de até 3 (três) dias úteis da data marcada para a realização da assembleia. Campinas, 08/04/2016. **Moacir da Cunha Penteado**-Presidente do Conselho de Administração. (12,14 e 15)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Av. Prof º Joaquim Barreto, 1000 – Atalaia – Cotia/SP, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1) PC 46.873/2015. PP 07/2016. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Emulsão Asfáltica de Ruptura Rápida RR1C, pelo período de 12 (doze) meses. Custo da Pasta R$ 20,00.
a) Antônio Carlos de Camargo – Prefeito
2) PC 6.490/2016. PP 09/2016. Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de 06 (seis) Motocicletas, no tempo imediato. Custo da Pasta 20,00
a) Antonio Carlos de Camargo – Prefeito

Maiores informações e cópias dos editais estarão disponíveis para eventual aquisição pelos interessados no Depto de Compras e Licitações, no horário das 09:30 às 13:00 e das 14:00 às 15:30hs sito à Av. Professor Joaquim Barreto, 1.000 – Bairro do Atalaia – Cotia – SP. Telefone (11) 4616 – 4846.

---

cosan

Cosan S.A. Indústria e Comércio
CNPJ/MF nº 50.746.577/0001-15 - NIRE 35.300.177.045 - COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente, ficam convocados os Srs. acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Cosan S.A. Indústria e Comércio (a "Companhia"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2016, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presid